

FRANCISCO MIRAGLIA

“O ATUAL PROCESSO DE AVALIAÇÃO PRODUZ ALIENAÇÃO E HETERONOMIA E CONCEBE O ENSINO COMO TREINAMENTO”



Queria agradecer a presença de todos, em particular dos nossos convidados. Eu trabalho numa disciplina antiga, em que a gente gosta de começar no começo. Então, quando eu estava preparando aqui a intervenção para vocês, eu disse: bem, qual é a natureza do trabalho intelectual? Porque afinal de contas isso aqui é uma instituição que organiza esse tipo de trabalho e a disseminação dele, o conhecimento. Comecei a meditar sobre isso, pensar, escrever algumas notas, daí me lembrei: mas espera aí, a gente já fez isso uma vez. Então

vou ler para vocês um trecho de um documento que foi preparado por uma comissão da Adusp e que assinaram: São Paulo, 12 de janeiro de 1984: Beatriz Fetizon, Alberto da Rocha Barros, José Jeremias Filho, José Bicudo, Marilena Chauí e eu. Foi uma encomenda da Adusp, chama-se *Nossa Visão da Universidade*, foi aprovado pela assembléia da Adusp e vou ler um trecho:

“Nossa existência individual e coletiva é tecida por experiências variadas, em nosso contato com a natureza e os demais. Na simbolização que constitui a vida cultural, a partir do trabalho, da linguagem e da relação com o tempo ou com o ausente, o passado, o porvir. Se considerarmos que o saber se diferencia da experiência imediata, individual, social, temporal e espacial, porque a interroga e busca compreendê-la, interpretando-a, pesquisando-a e refletindo sobre as suas origens, formas, sentidos e direções possíveis, então o saber pode ser considerado um trabalho, para transformar os dados imediatos e as questões postas pela experiência,

elaborando conceitos e práticas que explicitam sua inteligibilidade. Como trabalho, o saber é peculiar captura dos fatos e das idéias, para negá-las naquilo que possuem de aparência, buscando sua gênese no campo cultural mais amplo onde deitam suas raízes. Como negação do imediato dado, como descoberta, interpretação, invenção e criação, o saber enquanto pensamento e práxis possui uma característica que lhe é própria e decisiva, qual seja a capacidade para pensar-se a si mesmo, conhecer seus caminhos, limites, impasses e novas possibilidades, sendo por isso intrinsecamente auto-reflexivo e crítico. Criando campos de questões e de soluções que se comunicam entre si e com o passado, além de abrirem significações prosseguidas ou refutadas pelo futuro, o saber auto-reflexivo é avesso ao princípio da obediência à autoridade instituída, pois não cessa de refazer-se a si mesmo no contato com as experiências múltiplas que o suscitam e se articulam entre si. Interdisciplinar por vocação e não por decreto, temporal por essência e não por exigências externas de progresso, o saber é busca de liberdade, autonomia do pensamento auto-regulado, de rigor, controle metódico dos seus passos, e da emancipação, a clarificação do sentido das experiências. É direito à dúvida, sem a qual morre de inanição, mas também é direito à esperança do verdadeiro, só possível quando afastado do dogma. Como vaivém incessante dos fatos aos con-

“Os instrumentos de avaliação são a expressão operacional de um projeto político. É portanto lícito perguntar qual projeto político pauta o atual método de avaliação. Ele nem sempre é expresso com toda clareza”

ceitos, destes àqueles e de ambos a práticas diferenciadas, o saber se efetua em duas dimensões internamente articuladas: a da história das idéias e práticas científicas, artísticas, literárias, técnicas e filosóficas, seu movimento de auto-reflexão metódica, e da história das experiências culturais, sociais, políticas e econômicas que o suscitaram em momentos determinados. O saber é pois um trabalho histórico em três sentidos: mergulha na história cultural das experiências de onde nasce como questionamento; mergulha em sua própria história interna de autotransformação, seja movido pelos impasses ou pelas sugestões das idéias, seja movido pelo acaso criador das suas descobertas; e mergulha na história social, através da instituições onde se realiza e se transforma, transformando-as também. Não indaga apenas o que pode saber, indaga sobretudo o que há para saber. Não se satisfaz apenas em

realizar-se no interior de uma instituição, mas ainda indaga o que é esta instituição, para que e por que ela existe.”

Eu li esse trecho porque acho que isso diz, pelo menos diz para mim, qual é a natureza do trabalho, essencialmente, que a gente faz aqui. E é em relação a esse trabalho, que se estende ao ensino e à pesquisa, que a gente precisa pensar. No fundo, então, o pensar crítico sobre esse tipo de trabalho é parte integrante do próprio trabalho e assim deve ser compreendido. O local adequado para essa tarefa, e os instrumentos para tal, desenvolvem-se a partir de cada departamento, articulando estamentos cada vez mais amplos e estabelecendo uma visão abrangente do trabalho acadêmico dentro da instituição como um todo. Exige uma atmosfera democrática e de liberdade de opiniões. Este processo, o pensar crítico que estamos fazendo, instrui e gera ações para promover a integração de cada um no projeto de produção e disseminação do conhecimento, ao mesmo tempo em que estimula a individualização e o desabrochar das potencialidades individuais e coletivas. Então no mesmo movimento você articula, você estimula, você ajuda a individualização ao mesmo tempo em que produz uma articulação coletiva em função de um certo objetivo, que é aquele, no fundo, é desenvolver isto, tanto no nível da extensão, do

ensino, quanto da pesquisa. Além disso, pela sua própria natureza, e dada a historicidade que lhe é própria, insere a Universidade nos embates e na compreensão da sociedade na qual está inserida.

Muito bem. Na hora em que eu enuncio esses critérios, a gente podia falar mais sobre isso, se pensa sobre isso há muito tempo, não é muita surpresa que a gente tenha uma discordância frontal com o processo, o *dito* processo de avaliação que está em curso no interior desta Universidade, com todas as limitações que o Hernan, inclusive, chamou atenção no discurso de abertura que ele fez. É preciso primeiro dizer que pensar criticamente sobre o nosso trabalho em todos os estamentos e com todos os dados faz parte portanto da nossa obrigação, faz parte mesmo do trabalho, é preciso fazer isso, integrando paulatinamente essa compreensão, mas é preciso não confundir essa ação com instrumentos de avaliação. Os instrumentos de avaliação são a expressão operacional de um projeto político. O próprio termo avaliação diz “dar valor”, vou querer atribuir valor a isso, maior, menor etc. a um certo pedaço. É portanto lícito perguntar qual o projeto político que pauta o atual método de avaliação que está sendo colocado na praça. Ele nem sempre é expresso com toda clareza: “nós temos como objetivo o seguinte”. Isso precisava ser de certa forma mais explicitado porque há visões diferentes sobre o que está acontecendo. Algumas características visíveis desse processo que vem sendo conduzido e o resultado prático dele é que aparentemente trata-



se a estrutura departamental dos institutos como essencialmente incompetente para fazer uma avaliação, ou seja, para atribuir valor ou juízo ao conjunto da obra daquele instituto, daquele departamento, em particular a cada docente. Isso é uma coisa que já vem há muito tempo, há muito tempo ouço o discurso de que nós somos organizados em departamentos, corporativos, nós vamos defender o colega que está do lado, nós não vamos ser capazes de fazer uma discussão efetiva de forma a fazer a história progredir, ou o departamento progredir, então é preciso de um controle, uma supervisão central, e desvinculada do que está ali.

O que acontece é o seguinte: nesta concepção de trabalho intelectual que eu acabei de enunciar para vocês, isso aí promove o quê? Alienação e heteronomia, justamente o contrário do que se gostaria de fazer, na hora de você fazer esse tipo de trabalho. Depois, o en-

sino aparentemente não tem importância, ou não tem importância fundamental. Ele é concebido mais como treinamento. Exemplo: ao mudar o regime de trabalho de alguém de RDIDP para RTP, se mantém dando aula. Ganhar 300 reais por mês para dar aula está bom, não tem problema nenhum. A extensão é entendida como sendo venda de serviços em vez de prestação de serviço e disseminação de conhecimento e de saber. É vista como um processo pelo qual você capta recursos, e não como prestação de serviços para a comunidade na qual a Universidade está inserida. Em certos lugares muito tradicionais, que algumas vezes as pessoas usam como modelo, a situação é bem diversa. No King's College lá em Cambridge todo domingo tem uma pessoa da Universidade que abre o anfiteatro e senta todo mundo para assistir a alguém da Universidade fazer uma conferência para o público em ge-

ral da cidade. Tem uma história interessante, que o Bertrand Russel estava fazendo isso e escolheu um tema que era os planetas, e decerto o sistema solar. Daí quando ele terminou a conferência uma senhora se aproximou e disse: “Olha, muito bonitinha essa história que você contou aí, mas todo mundo sabe que a Terra é chata e está nas costas de uma tartaruga”. E o Russel, com o respeito devido ao plenário, disse para ela assim: “Mas minha senhora, o que está debaixo da tartaruga?” E a velhinha disse: “Você se acha muito inteligente, não é? Mas é tartaruga até lá embaixo”.

Muito bem. Vejam só, tem alguns propósitos estratégicos na linha de fazer uma espécie de uma reforma, uma reestruturação produtiva de caráter industrial. Diminuição de custos. Redistribuição e concentração de renda interna. Quer dizer, se eu aperto o cerco aumenta a quantidade de dinheiro que eventualmente eu posso alocar de um lado para outro. Tem um regime de terror: as cartas que as pessoas recebem, de avaliação etc. são extremamente malcriadas, desqualificam as pessoas. Desqualificação do trabalho. Na minha visão todo mundo que está aqui tem o direito de trabalhar em paz e ser respeitado em função do trabalho que faz. E aí quero lembrar o seguinte: o John Madison, na hora de fazer a Constituição americana, dizia o seguinte: precisamos tomar muito cuidado

“Há propósitos estratégicos de uma espécie de reestruturação de caráter industrial. Diminuição de custos. Tem um regime de terror: as cartas de avaliação desqualificam o trabalho”

com a história do terror. É preciso que a gente construa salvaguardas importantes, porque na hora que tem terror as pessoas estão dispostas a abrir mão de suas liberdades para se sentir seguras. Então estou usando, e vou usar, alguns exemplos que são do ideário da revolução burguesa. Madison estava lá tentando organizar a Constituição americana depois da revolução de 1877.

Isso tudo fornece uma espécie de controle político da resistência ao modelo que está sendo imposto e da democratização da Universidade. Essa democratização, em alguma medida, que nós precisamos discutir e acertar qual é, é extremamente importante para conseguir fazer o pensar crítico da Universidade e da sua direção. O interessante é que isso tudo é justificado como sendo “vamos cuidar do dinheiro público”. É preciso cuidado com o dinheiro público. Daí então eu vou fazer uma listinha aqui, para terminar: será

que essa Universidade fez o que precisava ter feito em relação à destruição do ensino fundamental e médio? Será que ela botou o seu peso em relação à questão da reforma da Previdência, em relação à cassação dos direitos que a gente ganhou na Constituição de 1988, em relação à questão da dívida pública? E a reforma administrativa? Vai virar todo mundo CLT.

E o seguinte: sonega-se no Estado de São Paulo, por mês, uma vez e meia o orçamento da Universidade de São Paulo. E não existe coisa mais absurda do que a sonegação de imposto indireto. Quer dizer, nesta história de “vamos prestar atenção ao social” tem muitas questões de ordem estratégica e vasta importância que a Universidade não se dedica a fazer e que ela tinha a obrigação, na minha opinião, de fazer a defesa do interesse público, como nessa questão da sonegação.

Vou terminar dizendo o seguinte: o John Locke tem muitos livros, mas um deles é *On Government*, ele diz o seguinte: “Um povo tolerará durante muito tempo, e calado, a opressão, o desmando, a confusão administrativa. Mas quando fica clara a direção na qual o governo constituído está andando de forma consistente, é obrigação daquela sociedade derrubar aquele governo e colocar outro no lugar, que faça o serviço para o qual governos são instituídos, que é cuidar do bem comum”. Muito obrigado. **RA**